

<https://doi.org/10.1590/1980531411942>

MITOS, TENSÕES E DESIGUALDADES NA ESCRITA ACADÊMICA

 André William Alves de Assis¹

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte (MG), Brasil; assis.awa@gmail.com

Cruz, R. (2024).
*O mal-estar na escrita acadêmica:
Um problema político.*
Parábola.



Robson Cruz, psicólogo, doutor em Psicologia Social e professor no Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), é autor de *O mal-estar na escrita acadêmica: Um problema político*, livro publicado em 2024 pela editora Parábola. Com trajetória consolidada no estudo das práticas de letramento acadêmico, Cruz delineia nessa obra um diagnóstico crítico e contundente dos mecanismos de exclusão simbólica operantes na universidade brasileira. A tese central do livro é clara: o mal-estar na escrita acadêmica não é psicológico ou pedagógico apenas, mas sim estrutural e político, resultado da reprodução de ideologias elitistas que moldam a forma como a universidade enxerga quem pode ou não escrever. O autor desenvolve sua perspectiva em seis partes.

Na primeira parte, “Uma cena da escrita acadêmica”, Cruz introduz o leitor ao tema central da obra: o sofrimento gerado pelas exigências da escrita na universidade. A narrativa de uma estudante de doutorado com bloqueio para escrever serve como ponto de partida para ilustrar a profundidade desse mal-estar, que atinge mes-

mo estudantes com trajetórias escolares bem-sucedidas. Cruz argumenta, e essa é uma perspectiva crítica fundamental, que essas dificuldades não são meramente falhas individuais, mas sim uma consequência de um sistema acadêmico que naturaliza certas exigências e ignora as condições desiguais de formação dos sujeitos. Tal naturalização impede uma autocrítica por parte da academia em relação aos modos como a escrita é tratada. Essa leitura rompe com abordagens psicologizantes da escrita, ao reposicionar o problema no campo das estruturas simbólicas e institucionais.

Nesse contexto, a escrita acadêmica opera como um filtro simbólico, produzindo sentimentos negativos como vergonha e a sensação de ser uma fraude, além de sofrimento psíquico. Cruz ilustra esse efeito ao apontar como o sistema eleva uma minoria de estudantes a um “pedestal”, enquanto rebaixa a maioria, com palavras como “incapaz”, “imaturo”, “burro” e “farsante” ecoando nas mentes dos estudantes. Essa dinâmica revela que o mal-estar na escrita é, antes de tudo, um problema político e institucional, relacionado à desigualdade de acesso à cultura letrada. A obra de Cruz, portanto, inaugura uma reflexão crítica ao desnaturalizar as dificuldades na escrita acadêmica e apontar para suas raízes sistêmicas e ideológicas, abrindo espaço para repensar as práticas pedagógicas e refletir sobre um sintoma que costuma ser silenciado nas universidades.

Na segunda parte, “A contínua naturalização da escrita”, a análise de Cruz se concentra na concepção comum da escrita acadêmica como uma habilidade natural, negligenciando sua natureza histórica, formal e as influências sociais que a moldam. Essa perspectiva de naturalização é apontada como uma raiz significativa do sofrimento experimentado pelos estudantes, pois transforma uma capacidade que é construída através de aprendizado e prática em uma exigência inata. Consequentemente, a capacidade de escrever bem é interpretada como um reflexo de talento individual, enquanto a dificuldade em fazê-lo é vista como um fracasso pessoal, uma noção que, de acordo com o material, contribui para a manutenção de práticas de exclusão no ambiente universitário. Ao apontar o caráter ideológico da naturalização da escrita, Cruz tensiona o que ainda é visto, inclusive nos programas de formação de professores, como um problema de “falta de leitura” ou “falta de hábito”, mostrando o quanto essas explicações são insuficientes.

Ainda nessa segunda parte, o autor examina como essa visão essencialista da escrita desconsidera que a produção de textos acadêmicos requer mediações específicas, tais como o domínio de gêneros formais, estratégias argumentativas e estilos discursivos próprios do universo acadêmico. Além disso, o capítulo evidencia que a alfabetização básica, por si só, não garante a inserção nos letramentos acadêmicos, os quais

têm uma ligação histórica com as elites. Nesse sentido, critica-se a ideia de que “saber escrever” é suficiente para a elaboração de textos acadêmicos, ressaltando a maneira como essa crença fomenta o bloqueio, o medo e a hipercorreção na prática da escrita dentro do contexto universitário.

A escrita, portanto, depende de artifícios formais definidos por organizações políticas, institucionais, educacionais e econômicas, e não apenas de relações informais. A naturalização da escrita é apresentada como um gesto político que obscurece desigualdades profundas e perpetua a exclusão simbólica de estudantes que não possuem domínio dos códigos específicos da academia, exigindo enfrentamento por meio de políticas de formação mais justas e inclusivas.

Na terceira parte do livro, “O romantismo como ideologia da escrita”, Cruz (2024) examina como a valorização da inspiração, da espontaneidade e da genialidade individual, características centrais da tradição romântica, atua como dispositivo de exclusão simbólica na universidade. Essa ideologia, surgida no século XVIII, ainda estrutura a forma como a escrita acadêmica é concebida no Brasil, gerando insegurança e mal-estar entre estudantes e docentes. Ao supervalorizar o dom e a sensibilidade, o romantismo desqualifica a escrita como prática ensinável, o que leva muitos sujeitos a duvidarem da legitimidade de seus próprios textos e a evitarem a escrita, praticando-a apenas sob pressão.

Cruz articula esse imaginário romântico à ascensão histórica da escrita como capital simbólico e à construção do escritor como figura excepcional, marcada por talento inato. Intelectuais modernos teriam contribuído para essa mitificação ao ocultarem seus métodos de trabalho, reforçando a ideia de que a escrita legítima emana de uma subjetividade rara, e não de processos aprendidos. Em contraste, o autor menciona escritores como Trollope, Ruffato e Murakami, que reivindicam disciplina, revisão e rotina como fundamentos do escrever. Ao mostrar como esse modelo idealizado ainda informa práticas docentes que atribuem dificuldades de escrita a falhas individuais, Cruz denuncia a persistência de uma ideologia que silencia os aspectos sociais, formativos e institucionais envolvidos no sofrimento acadêmico.

Na quarta parte do livro, “O realismo como ideologia da escrita”, Cruz (2024) analisa os efeitos da concepção de que há um modelo único, correto e tecnicamente preciso de escrita acadêmica. Essa ideologia, amplamente disseminada nos espaços universitários, induz estudantes à paralisia, ao perfeccionismo e à autocensura. O autor argumenta que a busca pela exatidão absoluta gera uma vigilância constante da linguagem, promovendo uma escrita padronizada que valoriza a forma em detrimento do conteúdo. Situações como a crítica à nominalização excessiva e a censura em

eventos científicos são mobilizadas para ilustrar como a forma do discurso tende a se sobrepor à argumentação. Nesse cenário, a escrita torna-se um espaço de tecnificação, exclusão e reprodução de distinções simbólicas.

Além de questionar o ideal de uma escrita “pura” e objetiva, Cruz também problematiza a crença de que textos publicados emergem de forma espontânea, sem hesitações, rascunhos ou reescritas. Tal visão contribui para um sofrimento simbólico intenso, pois os sujeitos se comparam a produtos acabados, desconsiderando os processos que os constituem. A exigência por uma linguagem neutra e impessoal, ainda que legitimada por tradições científicas, acaba por favorecer aqueles já iniciados nos códigos da academia. Diante disso, o autor propõe uma pedagogia da escrita pautada na valorização da incompletude, da diversidade e do processo, deslocando o foco da idealização da forma para o reconhecimento do sujeito em formação. O objetivo é constituir práticas de ensino mais inclusivas, que compreendam a escrita acadêmica como experiência situada, política e transformadora.

Na quinta parte do livro, intitulada “O bovarismo na escrita acadêmica”, Cruz (2024) analisa os efeitos do desejo de aproximação com os modelos de escrita legitimados pelos centros acadêmicos hegemônicos, sobretudo do norte global. A partir da categoria psicossocial de Jules de Gaultier (1921), o autor interpreta esse desejo como um “impulso de ser o outro”, que se manifesta como alienação simbólica na adoção acrítica de teorias, estilos e vocabulários internacionalizados. Essa busca por pertencimento epistemológico, segundo Cruz, apaga os marcadores de desigualdade que estruturam o contexto periférico e dificulta o engajamento com problemas locais. Como exemplificado com base na análise de Windle (2017), há recorrência de expressões como “modernidade” ou “problemas do mundo atual” em textos brasileiros, o que indicaria uma tentativa de afiliação simbólica a uma comunidade científica idealizada. “Nunca seremos aquilo que fantasiamos ser – intelectuais franceses ou estadunidenses” (Cruz, 2024, p. 124), afirma o autor, ao problematizar esse deslocamento simbólico.

Os efeitos do bovarismo não se restringem à produção textual, mas alcançam também o campo da recepção, gerando, entre docentes, frustrações e reações que Cruz interpreta como “feridas narcísicas”, ao evidenciar a distância entre os modelos idealizados e a realidade educacional brasileira. “Parte do mal-estar na prática da escrita acadêmica deriva do horror em ter de lidar com um Brasil que nunca deixou de existir” (Cruz, 2024, p. 127), escreve o autor ao criticar a recusa em reconhecer as marcas da desigualdade na universidade. Esse mesmo fenômeno se expressa no apego excessivo às normas formais da escrita acadêmica, como a interdição ao uso da primeira pessoa, mesmo quando manuais internacionais autorizam sua aplicação. Cruz denuncia

a reprodução de lógicas sociais elitistas no campo editorial brasileiro, afirmando que, “em certo nível, reproduzimos no sistema editorial acadêmico brasileiro um análogo da reprodução social . . . entre as elites e as classes médias” (Cruz, 2024, p. 134). Tal diagnóstico revela a urgência de repensar as normas de publicação como dispositivos de distinção simbólica e exclusão institucionalizada.

Na sexta e última parte da obra, “No Brasil, tudo é mais grave?”, Cruz (2024) aprofunda sua análise ao aplicar uma lente geopolítica sobre o mal-estar na escrita. A questão-título da parte não é retórica: ela orienta uma reflexão sobre como a desigualdade histórica e estrutural brasileira amplifica as tensões simbólicas discutidas nos capítulos anteriores. Ao argumentar que o sofrimento para escrever no Brasil é mais intenso do que em outros países, Cruz busca demonstrar que as dificuldades enfrentadas por estudantes – sobretudo os oriundos das classes populares – não são contingentes, mas sim estruturalmente determinadas.

O autor destaca que a escrita acadêmica, no contexto brasileiro, ainda está associada ao prestígio e à distinção, e que seu domínio é frequentemente tomado como natural. Essa crença ignora que a aquisição da escrita exige mediações materiais e pedagógicas, como o treino manual e a exposição à linguagem escrita em contextos familiares, algo a que nem todos os estudantes tiveram acesso. A exclusão simbólica se torna, assim, uma reprodução do *apartheid* educacional histórico do país. Cruz exemplifica isso ao afirmar que “esperamos que todos os estudantes que ingressem no ensino superior tenham [domínio da escrita] já no primeiro dia de aula” (Cruz, 2024, p. 130).

Entre os elementos que agravam o problema da escrita no Brasil, Cruz destaca o preconceito linguístico, que é muitas vezes reproduzido mesmo por intelectuais críticos. Esse preconceito se manifesta no rebaixamento simbólico de estudantes que escrevem fora da norma culta, alimentando um ciclo de exclusão acadêmica que naturaliza desigualdades sociais e educacionais. A descrição de um episódio em que uma professora universitária se viu irritada com os erros gramaticais de uma monografia é usada para ilustrar como esse preconceito atua de modo quase inconsciente, mesmo entre docentes identificados com pautas progressistas.

Na parte final da obra, Cruz propõe que o enfrentamento do mal-estar na escrita acadêmica requer mais do que o domínio de técnicas e normas: exige a revisão ética e política das práticas universitárias que naturalizam a exclusão simbólica. A escrita é compreendida não como dom individual, mas como construção situada, histórica e coletiva, cujo acesso tem sido regulado por critérios que favorecem sujeitos já familiarizados com os códigos da cultura letrada.

Ao desnaturalizar a concepção da escrita como capital simbólico inato e reposicioná-la como prática politicamente acessível, o autor contribui para uma crítica das formas de distinção e privilégio operantes na universidade. A obra, nesse sentido, oferece uma contribuição significativa para os estudos sobre letramento acadêmico e formação de sujeitos ao evidenciar com clareza as estruturas simbólicas que determinam quem tem o direito de escrever e quem permanece à margem.

Referências

- Cruz, R. (2024). *O mal-estar na escrita acadêmica: Um problema político*. Parábola.
- Gautier, J. de. (1921). *Le bovarysme*. Mercure de France.
- Windle, J. (2017). Hidden features in global knowledge production: (Re)positioning theory and practice in academic writing. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 17(2), 355-378. <https://doi.org/10.1590/1984-6398201610966>

Como citar esta resenha

Assis, A. W. A. de. (2025). Mitos, tensões e desigualdades na escrita acadêmica [Resenha do livro *O mal-estar na escrita acadêmica: Um problema político*, de R. Cruz]. *Cadernos de Pesquisa*, 55, Resenha e11942. <https://doi.org/10.1590/1980531411942>

Recebido em: 27 MARÇO 2025 | Aprovado para publicação em: 18 AGOSTO 2025



Este é um texto de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons do tipo BY.